

ACTA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2010 - NÚMERO 12 -----

Aos dezoito dias do mês de Maio do ano de dois mil e dez reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça em sessão ordinária no edifício dos Paços do Município. Compareceram Mário Fernando Atracado Pereira, Presidente da Câmara, Mário Manuel Pereira Peixinho, Carlos Jorge Duarte Pereira, Luís Filipe Garrotes e Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira, Vereadores. -----
O Presidente da Câmara deu início à reunião, eram dezassete horas e quarenta e cinco minutos. -

ACTAS:-----

Procedeu-se à apreciação da acta da reunião de Câmara de 14 de Abril de 2010. A acta foi aprovada por unanimidade.-----

ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

A Vereadora Regina Ferreira criticou o prazo do envio do convite para as comemorações dos 50 anos da Casa dos Patudos que lhe chegou com uma antecedência de 3 dias, impedindo que a Vereadora estivesse presente por motivos de agenda pessoal. A Vereadora entende também que a iniciativa merecia ser mais dignificada no sentido de ser mais publicitada e com maior antecedência na sua divulgação. -----

A Vereadora referiu a abordagem de um munícipe que se lhe dirigiu no sentido de perceber porque é que a proposta da Fundação José Relvas, a propósito do Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) tem sido votada desfavoravelmente em reunião de Câmara. A Vereadora informou esse munícipe que a única proposta votada foi a alteração que a Câmara fez relativamente à proposta que veio da Fundação e que, segundo a informaram, o assunto tinha sido referido em várias reuniões com essa instituição.-----

Relativamente à proposta de saneamento financeiro decorrente dos resultados da auditoria financeira encomendada pela Câmara, a Vereadora pretende saber de que forma se traduzem as acções previstas nessa acção. -----

Por último, a Vereadora referiu-se às ementas da cantina escolar, criticando o que considera ser uma ementa feita sobretudo à base de fritos e carne. Estando a terminar o ano lectivo, a Vereadora sugeriu que no próximo ano se pedisse a ajuda de um técnico que permitisse a realização de uma ementa mais cuidada.-----

O Vereador Luís Garrotes começou por pedir um ponto de situação relativamente à questão do CLDS. -----

Referiu também que, por imposição contratual, faltam colocar duas luminárias na zona envolvente à Barragem dos Patudos, cuja localização já tinha indicado aquando do seu desempenho das funções de vereador, e que existem dois apoios cuja fixação precisa de ser revista. -----

O Vereador perguntou pelo relatório da IGAL e questionou sobre os critérios que estiveram na base da decisão de não realizar a Feira do Vinho. Paralelamente, questionou sobre a forma como está a decorrer o Concurso de Vinhos do Ribatejo, bem como o enquadramento promocional e os trâmites que vai seguir. -----

Por último, perguntou por novidades no que diz respeito ao problema da emissão de ruído por partes dos bares do Centro Cívico de Alpiarça.-----

O Presidente da Câmara respondeu às questões começando por reconhecer algum atraso na preparação e divulgação das comemorações dos 50 anos da Casa dos Patudos, situação que se deve procurar corrigir. -----

A Vereadora Regina Ferreira declarou que na sua opinião teria sido mais vantajoso ter-se adiado a iniciativa para uma data que permitisse uma melhor preparação e divulgação. -----

Quanto à possibilidade de se avançar para um saneamento financeiro da Autarquia, o Presidente explicou que, conforme consta no relatório da auditoria, existem dois cenários possíveis para o desenvolvimento do problema financeiro do Município: um, a declaração por parte da Autarquia do desequilíbrio estrutural, e o outro, a declaração do desequilíbrio conjuntural, sendo que o pior será a primeira opção já que colocará a Câmara em dependência directa do Ministro das Finanças e do Secretário de Estado da Administração Local. Assim, a Lei das Finanças Locais permite às autarquias esgotar todas as possibilidades antes de entrar para uma situação de desequilíbrio estrutural. A Câmara poderá então declarar o desequilíbrio conjuntural, situação que possibilita accionar uma série de medidas de saneamento financeiro da Câmara, através da contracção de um empréstimo e que terão de ser elaboradas e aprovadas pela Assembleia

Municipal. -----

Em seguida o Presidente informou que o relatório da IGAL ainda não tinha chegado à Câmara. ---
Sobre a Feira do Vinho, o Presidente explicou que a opção de não a realizar resultou de uma ponderação exaustiva que levou à conclusão de que a Câmara não tinha condições financeiras para levar a cabo um empreendimento dessa envergadura. Desta forma a Câmara poupará, partindo dos valores da despesa com a Feira do Vinho transacta, cerca de 140 mil euros, o que permitirá à Autarquia investir parte desse valor em equipamentos fundamentais e que estão em falta no Concelho, por exemplo a nível de transportes para o Município ou para os Bombeiros. No entanto, a medida é temporária e o Presidente espera estar em condições de voltar a realizar a Feira do Vinho no ano seguinte. É com base nessa intenção que o Presidente justifica a continuidade do Concurso de Vinhos do Tejo, já que é o principal pretexto para a realização do certame. Assim, o Concurso decorreu dentro da normalidade, tendo a Câmara associado a esta iniciativa a CVR-TEJO e a Confraria Enófila Nossa Senhora do Tejo. A prova dos vinhos decorreu nos dias 28 e 29 de Abril no Pólo Enoturístico e a entrega dos prémios decorreu no dia 15 de Maio, no Convento de São Francisco, em Santarém, com a presença do Vereador Mário Peixinho. Naturalmente que a Autarquia colocou a hipótese de a cerimónia se realizar em Alpiarça, situação que a CVR-TEJO não aceitou, invocando o facto de a Casa dos Patudos estar em obras, e de esta cerimónia se destinar a outras iniciativas desta entidade em parcerias com outras que não somente a Câmara de Alpiarça.-----

Em relação ao CLDS, o Presidente explicou que o único assunto aprovado em reunião de Câmara foi a proposta de rectificação às remunerações dos técnicos e ao Plano de Acção, deliberação esta tomada por unanimidade, já neste mandato, proposta recusada pela Fundação José Relvas enquanto entidade coordenadora. A Câmara nunca votou contra o CLDS, limitou-se a propor as alterações que entendeu essenciais ao bom funcionamento do Programa, ainda no mandato anterior, também por unanimidade. -----

O Presidente da Câmara informou ainda os vereadores sobre os últimos passos dados no que respeita a este assunto. A Fundação José Relvas recusou as propostas da Câmara para resolução da situação contratual dos técnicos entretanto contratados, não tendo apresentado nenhuma alternativa. O Vereador Carlos Pereira informou da situação em reunião do Núcleo Executivo do CLAS, tendo conseguido nessa instância a confirmação por parte do representante do Instituto de Segurança Social de que o CLDS poderia continuar assim que a Câmara arranjasse um parceiro disponível para continuar o projecto. Nesse sentido, a Câmara lançou o repto às instituições presentes no CLAS, tendo obtido resposta positiva por parte do representante da A.R.P.I.C.A. que se comprometeu em fazer chegar a ideia às instâncias decisoras dessa instituição. -----

O Presidente entregou aos Vereadores um memorando sobre o processo do CLDS. -----
A Vereadora Regina Ferreira opinou que, embora não tendo acompanhado o processo desde o início, talvez este tenha sido mal conduzido desde o início, tendo-se provavelmente tomado posições que depois não permitiram a flexibilidade que deveria haver de parte a parte a fim de conduzir este processo até um final satisfatório. Em todo o caso, a Vereadora lamenta o fim das negociações, já que este programa representava uma mais-valia para o Concelho.-----

Sobre a questão das ementas pronunciou-se o Vereador Carlos Pereira. Relembrou que o ano lectivo está prestes a terminar e que quando este Executivo tomou posse as ementas já estavam definidas. No entanto afirmou ser sua intenção prestar atenção redobrada à concepção das ementas para o próximo ano lectivo.-----

O Presidente acrescentou que está prevista a contratação de técnicos desta área no âmbito da CIMLT e assim a Autarquia poderá usufruir dos serviços de um nutricionista por um preço muito mais acessível.-----

Em relação ao ruído dos bares, o Vereador Carlos Pereira informou os vereadores que recebeu um ofício do tribunal assinado pelo Provedor de Justiça que o questionava sobre essa situação. O Vereador respondeu ao ofício dizendo que para se realizar nova avaliação de ruído seria necessário aprovar a acta da reunião de Câmara com a reclamação da munícipe Isabel Azevedo para juntar ao processo, aprovação que aconteceu durante esta reunião.-----

ORDEM DO DIA: -----

EXPEDIENTE: -----

FOI APRECIADO O SEGUINTE EXPEDIENTE: -----

VÁRIOS:

- Câmara Municipal da Chamusca - Pedido de autorização para colocação de cartazes em estabelecimentos comerciais - ratificação.

Assunto retirado por ser extemporâneo.

- Minuta do Acordo de Cedência do Imóvel sito na Rua José Relvas, gaveto com a Rua João de Sousa Falcão

O Presidente explicou que se trata de um acordo com o proprietário que cede o espaço por 5 anos para servir de parque de estacionamento em compensação pelos custos suportados pela Câmara aquando da demolição do edifício.

A Minuta de Acordo foi aprovada por unanimidade.

- NACA - Pedido de Apoio

O Vereador Carlos Pereira propôs a retirada deste ponto uma vez que esta associação está contemplada na proposta de subsídios que será votada posteriormente nesta reunião. O Vereador adiantou que o responsável do NACA foi informado e concordou com esta decisão.

Aprovado por unanimidade a retirada deste ponto.

- Câmara Municipal de Alpiarça - Apoio à Motonáutica

O Vereador Carlos Pereira propôs a atribuição de um subsídio no valor de 1500 euros para o ano de 2010. Este valor apurou-se à semelhança do ano anterior em que foi concedido um subsídio de 300 euros para o único barco que competia representando a equipa. Este ano estarão 4 barcos em competição mais um barco de maior envergadura que procurará estabelecer novo record da travessia Lisboa-Porto em navegação e que terá o patrocínio da Autarquia visível no barco.

Aprovado por unanimidade a atribuição de um subsídio no valor total de 1500 euros.

- Proposta de recrutamento de um Técnico Superior Jurista

O Vereador Carlos Pereira explicou que a técnica desta área a exercer funções na autarquia estava vinculada através de um POC que entretanto expirou. Tendo a Autarquia instaurado um concurso para este lugar, precisará agora de recrutar alguém durante o tempo que mediará até à conclusão do concurso, pelo que o Vereador apresentou a proposta que dirigiu, com resposta positiva, à técnica cujo contrato cessou. Relativamente à legalidade deste processo, a Vereadora Regina Ferreira fez referência ao artº 6º do Decreto-lei 2009/09, de 3 de Setembro, que foi revogada pelo artº 20º da Lei 3B/10 de 28 de Abril. A Chefe de Divisão, Drª Maria do Céu confirmou esta alteração e esclareceu que a portaria que regulamenta o decreto-lei ainda não tinha sido publicado, ou seja, no dia 30 (dia em que foi feita a proposta) ainda não tinha sido publicada a referida portaria.

Aprovado por unanimidade realizar o contrato de avença com a técnica superior jurista.

- Secção do Moto Clube Charrua - Pedido de Licença de Ruído e Apoio para a realização do 4º Moto Churrasco/3º Encontro Motard

Aprovado por maioria com 1 abstenção do Vereador Mário Peixinho a emissão da licença de ruído bem como a concessão dos apoios solicitados.

- Câmara Municipal de Alpiarça - Proposta de apoio de 1200 euros ao Grupo de Dadores de Sangue

O Vereador Carlos Pereira apresentou uma proposta de apoio no valor de 1200 euros para o ano de 2010. Chegou-se a este valor pela atribuição de 1 euro por cada dador inscrito nesta associação.

Aprovado por unanimidade a concessão deste apoio anual ao Grupo de Dadores de Sangue.

- Câmara Municipal de Alpiarça - Proposta de Subsídios

O Vereador Carlos Pereira explicou que se trata de uma proposta para atribuição de subsídios anuais ao associativismo desportivo. Ao contrário do que acontecia em anos anteriores, em que só 3 instituições eram contempladas (o C.D. "Os Águias", a Associação Cultural e Recreativa do Frade de Cima e a Sociedade Filarmónica Alpiarcense), esta proposta inclui ainda subsídios para o Real Clube da Petanca, o Clube Escamma e o N.A.C.A. As outras instituições mencionadas no documento não apresentaram plano de actividades pelo que não têm parâmetros para a atribuição de apoios.

O Vereador Luís Garrotes perguntou qual a razão para a diminuição do valor a atribuir à Associação do Frade de Cima.

O Vereador Carlos Pereira explicou que combinou com o responsável por essa associação a

compensação do valor subtraído em gasóleo para deslocações da equipa de atletismo, o que para a associação é muito mais vantajoso. -----

O Vereador Luís Garrotes perguntou, relativamente ao subsídio atribuído ao C. D. “Os Águias”, se o valor constante já incluía despesas com gasóleo e se os subsídios já atribuídos durante o corrente ano estavam incluídos nesse valor. -----

O Vereador Carlos Pereira respondeu negativamente às duas questões. Acrescentou que esta proposta é calculada mediante critérios definidos com base no número de praticantes nas diversas modalidades e número de competições e que os subsídios adicionais deliberados pela autarquia não entram nesta proposta, como é o caso do subsídio ao triatlo.-----

A Vereadora Regina Ferreira afirmou que o documento não é suficientemente claro e que não consegue perceber ao que, na prática, correspondem exactamente os valores atribuídos.-----

O Presidente afirmou ainda que todos os apoios, incluindo os apoios pontuais que possam surgir, serão contabilizados no final do ano para se apurar exactamente o montante dos valores atribuídos às diferentes entidades.-----

O Vereador Luís Garrotes afirmou entender que seria mais vantajoso votar esta proposta inserida num pacote que incluísse todos os apoios da Câmara às associações, incluindo os apoios protocolados paralelamente e as propostas de atribuição de gasóleo, a fim de se apurar exactamente os valores que a Câmara despenderá por cada Associação e poder votar no conhecimento de todos os factos.-----

A Vereadora Regina Ferreira afirmou que para votar em consciência teria de ter tido acesso prévio ao regulamento da atribuição de subsídios.-----

A proposta foi aprovada por maioria com duas abstenções dos vereadores Regina Ferreira e Luís Garrotes.-----

A Vereadora Regina Ferreira fez declaração de voto evocando o desconhecimento do regulamento como justificação da sua orientação de voto.-----

O Vereador Carlos Pereira lembrou que todos os regulamentos da autarquia estão publicados no site da mesma.-----

ACÇÃO SOCIAL: -----

- Bolsas de Estudo para Alunos do Ensino Superior -----

O Presidente explicou tratar-se do parecer do Gabinete de Acção Social relativamente ao recurso apresentado por um aluno que viu o seu pedido de atribuição de bolsa de estudo rejeitado. O parecer dá conta da apresentação por parte do aluno de nova documentação e propõe o deferimento do recurso e a inclusão do aluno nas listagens das bolsas de estudo a atribuir pela Câmara.-----

A Vereadora Regina Ferreira afirmou que a argumentação usada no parecer é confusa.-----
Aprovado por unanimidade a concessão da bolsa de estudo.-----

OBRAS:-----

- RASERV - Secagem de Cereais, Lda - Processo nº C/6 - Pedido de Declaração-----

O responsável do Gabinete Técnico da Autarquia, Eng. José Portugal, apresentou o pedido do requerente.-----

Aprovado por unanimidade deliberar a emissão da declaração da inexistência de local para a realização da actividade que o requerente pretende efectuar.-----

- Requalificação do Largo Vasco da Gama-----

Tomou a palavra o Eng. José Portugal que explicou que as obras estão paradas devido à necessidade de implantação das estruturas de subsolo (EDP, PT, e TagusGás). Destas empresas, a última ainda não demonstrou vontade de instalar as suas infra-estruturas, o que condiciona o avanço da obra já que se se prosseguir sem a canalização para o gás natural corre-se o risco de que num prazo curto se tenha de voltar a abrir o pavimento.-----

O Eng. explicou ainda que neste momento a Câmara não tem capacidade para efectuar estas obras por administração directa, pelo que terá de recorrer a uma contratualização pública por ajuste directo.-----

Assim, o Presidente propôs a contratação por ajuste directo da empresa TecniTejo para a realização das obras, seguindo a sugestão do parecer técnico do Eng. José Portugal. O Presidente propôs ainda, também segundo parecer técnico, que se deliberasse que no caso de a empresa TagusGás pretender intervir naquela área no prazo de 5 anos, o mesmo só poderá acontecer se a empresa se comprometer em repor integralmente a pavimentação a suas expensas.-----

Aprovado por unanimidade.-----

- Empreitada de Construção do Centro Escolar de Alpiarça - Envio de Parecer -----

O Presidente explicou tratar-se de um ofício remetido pela AGP, empresa projectista desta obra, que refere uma alteração ao plano de trabalhos inicialmente traçados, bem como uma alteração ao plano de pagamentos, contando para isso com o parecer favorável do empreiteiro e da fiscalização. O mesmo ofício avança com um novo prazo para conclusão da obra, a 9 de Janeiro de 2011.-----

O Eng. José Portugal argumentou que a Câmara estava limitada a este enquadramento legal, mas que poderia negociar com a empresa o término da obra em 30 de Dezembro de 2010, já que para efeitos de comparticipação a Câmara tem de dar a obra por concluída em 2010 para não ter de fazer uma reprogramação do QREN.-----

O Vereador Mário Peixinho sugeriu que se procurasse saber através do Gabinete Jurídico que medidas tomar em relação à insistência da empresa responsável pela obra em avançar com a mesma sem antes terraplenar o terreno, ainda para mais quando a empresa tinha sido alertada para o caso. Esta situação levou ao atraso da obra em cerca de dois meses, o que prejudica em muito a população escolar de Alpiarça.-----

Deliberado por unanimidade retirar este ponto para discussão destes assuntos com o empreiteiro.-----

- Emissário Pluvial da Zona Industrial-----

O Eng. José Portugal explicou tratar-se da necessidade de realizar trabalhos para limpeza das manilhas que durante o Inverno e com o arrastamento de areias ficaram com terra. O parecer técnico apresentado pelo Eng. Portugal sugere a hipótese de estes trabalhos serem realizados por administração directa.-----

Deliberado por unanimidade concordar com a proposta do Eng. José Portugal e executar os trabalhos por administração directa.-----

- Sistema de Saneamento de Águas Residuais Almeirim-Alpiarça -----

O Vereador Mário Peixinho introduziu este ponto dizendo que se trata da pretensão por parte da empresa Águas do Ribatejo de construir uma estação elevatória em terreno da Autarquia, apresentando por isso uma proposta que o Vereador considera bastante aceitável, já que os valores propostos estão acima do valor de mercado. -----

Deliberado por unanimidade concordar com o valor global da indemnização. -----

- Coframonta - Lote na Zona Industrial nº71 - Parecer Jurídico -----

O Presidente apresentou o parecer jurídico que dá conta de uma contingência que à partida inviabilizará a transacção. A actividade que a empresa em questão tem registada na Classificação das Actividades Económicas diz respeito a trabalhos de estuque e pintura, o que não se adequa à actividade industrial e infringe o regulamento da Zona Industrial.-----

Deliberado por unanimidade informar o requerente de que a pretensão não é possível de deferir de acordo com o regulamento da Zona Industrial no qual se apoia o parecer jurídico analisado em reunião de Câmara. -----

- Aprovação da Minuta do 1º Adicional ao Contrato de Adjudicação da Empreitada da Construção do Centro Escolar de Alpiarça - 1º ciclo de Ensino -----

Aprovado por unanimidade.-----

- Aprovação da Minuta do 2º Adicional ao Contrato de Adjudicação da Empreitada da Construção do Centro Escolar de Alpiarça - 1º ciclo de Ensino-----

Aprovado por unanimidade.-----

- Câmara Municipal de Alpiarça - Acções de Valorização e Qualificação Ambiental-----

O Presidente introduziu este ponto dizendo que se trata de duas candidaturas da Câmara Municipal de Alpiarça aos fundos comunitários do QREN no âmbito das acções de valorização e qualificação ambiental. A primeira diz respeito à zona envolvente ao Jardim de Infância do Frade de Cima e a outra à área desportiva do Casalinho.-----

O Presidente chamou a atenção para a necessidade de votar em separado vários pontos. Para ambos os projectos é necessário votar o documento de Opção Estratégica de Desenvolvimento e aprovar o projecto e a forma de execução.-----

Assim, em relação ao Frade de Cima, foi aprovado por unanimidade a Opção Estratégica de Desenvolvimento, bem como, também por unanimidade, o projecto a ser efectivado pelo método de ajuste directo com consulta a 3 empresas.-----

Em relação ao Casalinho, foi aprovado por unanimidade a Opção Estratégica de

Desenvolvimento, bem como, também por unanimidade, o projecto a ser efectivado pelo método de ajuste directo com consulta a 3 empresas.-----

- Programa Informático para pesquisa de processos de obras antigas-----

O Presidente apresentou uma informação interna da coordenadora técnica do Gabinete Técnico da Autarquia sobre a necessidade de ser disponibilizada uma nova base de dados que permita a consulta mais facilitada dos processos de obras mais antigos. O Presidente informou que existe a possibilidade da Câmara adquirir gratuitamente um programa desenvolvido pelo funcionário da Autarquia, Rui Gaspar, que é funcional e prático e tem dado bons resultados. O funcionário em questão disponibilizou-se para ceder gratuitamente o programa à Câmara se isso lhe fosse solicitado.-----

Foi aprovado por unanimidade solicitar ao Rui Gaspar a disponibilização da plataforma por ele criada para consulta de processos antigos da Autarquia.-----

- Aida Rodrigues Eugénio Leiria - Processo de Destaque nº2/2010 - autorização de destaque--

Aprovado por unanimidade a autorização do destaque de acordo com a informação técnica.-----

- Processo de Contra-ordenação nº29/2006 - Pagamento em Prestações-----

Deliberado por unanimidade autorizar o pagamento da contra-ordenação até um máximo de 6 prestações.-----

- Processo de Contra-ordenação nº74-S/2008 - Pagamento em Prestações-----

Deliberado por unanimidade autorizar o pagamento da contra-ordenação até um máximo de 6 prestaçãoes.-----

-

MODIFICAÇÃO ÀS GOP'S - Alteração nº3 - ratificação-----

Aprovado por maioria com 2 abstenções dos vereadores Regina Ferreira e Luís Garrotes.-----

MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO - Alteração nº3 - ratificação-----

Aprovado por maioria com 2 abstenções dos vereadores Regina Ferreira e Luís Garrotes.-----

INFORMAÇÕES:-----

- URAP - Núcleo do Concelho do Seixal - Agradecimento-----

Tomou-se conhecimento.-----

- Congregação T. de Jeová de Almeirim - Agradecimento-----

Tomou-se conhecimento.-----

- ASAL - Agradecimento-----

Tomou-se conhecimento.-----

- Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 1301 - Agradecimento-----

Tomou-se conhecimento.-----

- Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 1301 - Agradecimento-----

Tomou-se conhecimento.-----

- Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 1301 - Agradecimento-----

Tomou-se conhecimento.-----

- Il Raid Miguel Alexandre Pardal Carriço - Agradecimento-----

Tomou-se conhecimento.-----

Fora da ordem de trabalhos, o Presidente propôs a introdução de um novo ponto que diz respeito à possibilidade de a Câmara patrocinar a edição de um livro do autor José Luís Cordeiro.-----

Aprovado por unanimidade a introdução deste ponto.-----

O Presidente propôs o patrocínio da autarquia através da aquisição de livros no valor de 500 euros.-----

O Vereador Luís Garrotes sugeriu que, dada situação financeira da autarquia, esse valor talvez fosse excessivo.-----

Aprovado por unanimidade o patrocínio desta edição através da aquisição de livros no valor de 500 euros.-----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Não houve inscrições.-----

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Presidente da Câmara, eram vinte e uma horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.-----

E eu, Vitória Maria Lopes de Faria Brito, a exercer funções de Secretária no Gabinete de Apoio à Presidência, da mesma Câmara, servindo de secretária, a redigi e assino. -----
